

passa e da crise presentes, porque dará autoridade ao Governo no caminho e no encaminhamento das soluções.

Mas, dentro deste quadro atual da Nação, cujos contornos básicos foram acima delineados, quais sejam, a corrupção e degeneração da Administração Pública Federal, a existência de candidatos espúrios e indignos que pleiteiam votos de um colégio eleitoral, igualmente espúrio e ilegítimo, o agendamento da manifestação inequívoca da vontade nacional em prol das eleições presidenciais diretas, já, como solução para dar autoridade ao Poder do Presidente da República, para superar a crise a que a falta de moral e de competência administrativas levaram o Brasil, diante deste quadro repleto de sofrimentos, no presente, mas também de esperanças de um futuro melhor e possível.

Neste quadro, como se comportam os líderes militares, se situam os militantes através das palavras e atos de seus comandantes maiores? Como estão se posicionando os líderes militares na atual hora nacional?

É exatamente nesta hora que os militares voltam a falar, voltam a opinar, eles que estavam no recôndito dos quartéis, à espera dos desdobramentos da crise brasileira. Voltam a falar os ministros militares, precisamente na hora em que a população reage contra os demandas administrativas que a assaltaram e têm assaltado esta Nação.

E a que vêm os ministros militares? E por que vêm? Vêm não para marchar com o povo, mas para vergastar a marcha do povo sobre Brasília, em busca das mudanças que se fazem necessárias e tão imprescindíveis que, para obtê-las, o povo tem mesmo de, se necessário for, pressionar o Congresso Nacional, num gesto democrático e legítimo; esse gesto exerce-se livremente em muitos países do mundo e, por exemplo, não são raros os casos em que classes e grupos sociais de pressão acamparam em Washington, às portas do Congresso, por dias e dias, forçando a aprovação de leis de seu interesse e de interesse da Nação.

Mas os militares entendem de afastar o povo, proibir sua entrada na Capital de sua Nação. Ressurgem com sua fala para admoestar a atemorizar os líderes sindicais, estudantes, donas-de-casa, trabalhadores, empresários, profissionais, políticos, para conter o avanço das eleições diretas, procurando obstruir o canal mais legítimo entre o povo e poder, que é o voto, livre, secreto e direto, como também as manifestações políticas, comícios e marchas, em que o povo diretamente se reúne nas praças para dizer o que quer, em plena democracia.

Este Deputado não está aqui, na tribuna livre desta Casa, para restringir a oportunidade de os militares falarem e falarem todos os militares sobre a crise que a todos afeta e humilha, inclusive a eles, como parte da Nação. Pelo contrário, desejo exortar a todos os líderes e ministros que falem, manifestem-se, opinem, assumam posições, nesta hora que é a mais difícil da Nação nestes últimos 20 anos.

Mas, ao exortá-los à participação política, quero também exortá-los a que acompanhem o povo e a todos nós, nesta luta contra a degeneração moral e administração que solapa os alicerces do Governo brasileiro. Que assumam os militares as suas trincheiras políticas, mas que sejam as trincheiras contra a corrupção e em prol da democracia.

Que os militares recrudescam, em todas as patentes, a começar por seus Ministros — o do Exército, o da Marinha e o da Aeronáutica — recrudescam na liça política, cumprindo a sua missão, por dever constitucional e fé patriótica, de defender as Instituições do Estado, no Brasil, contra os assaltos e os abalos da corrupção, da corrupção administrativa e pessoal, que desencadeia a corrosão de moralidade, de eficiência, na gestão dos negócios públicos.

Os militares têm tradição neste País. Nas Forças Armadas há os mais patriotas, os mais nacionalistas, os mais idealistas, os mais inabaláveis comandantes. Exatamente estes, a eles é que pretendo convocar e exortar, para que assumam, ao lado do povo brasileiro, o comando da luta contra a corrupção administrativa e a oligarquia política.

As Forças Armadas têm inabalável formação moral e cívica. Delas os civis esperam que, juntos, exijam a moralização administrativa e política da Nação: contra a corrupção, com as eleições diretas, já!

É o que me cumpria, no dever de parlamentar e representante do povo, dizer neste momento.

Contra a corrupção: sejam punidos os corruptos e corruptores.

Contra a oligarquia: seja extinto o Colégio Eleitoral e restaurado o povo na plenitude do seu direito de votar.

Em prol desses ideais sagrados, que se unam todos os brasileiros de bem, civis e militares, também!

Sr. Presidente, concluo e entrego a V. Exª o meu pronunciamento, para que mande publicar, se for o caso.

Esta Casa e este Congresso Nacional estão esperando que, não genuflexos, mas com altaneira, compareçam aqui, no dia 25, Deputados e Senadores do Partido Democrático Social, para votar e demonstrar que, na verdade, acompanham o desejo de 85% da população brasileira.

É o Governo do Estado de São Paulo que lançou a pró-diretas, é a população brasileira, é a Nação inteira que clama, Sr. Senador. Então V. Exª, que tem grande prestígio no Senado, fale com os seus pares, diga a S. Exts que esta é a Casa das leis, e que precisamos votar a emenda que se focalizará no dia 25, para dar satisfação à grande opinião pública brasileira. (Muito bem!)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. JACQUES D'ORNELLAS, NA SESSÃO CONJUNTA DE 24-4-84, QUE SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. JACQUES D'ORNELLAS (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, ontem vimos a verdadeira face da ditadura, do regime, da repressão expressa na atitude violenta facista e covarde do General Newton de Oliveira Cruz, encarregado da execução das medidas de emergência no Distrito Federal.

Quando fomos presos, abordados pelo General que pedia explicação por estarmos fora do Congresso, o General, num ato de desespero, pedia que nos calássemos e até exigia, de mão em riste na cara deste Deputado, que se calasse. Respondi-lhe então que eu não me calaria, que o Brasil não se calaria, que o povo Brasileiro não se calaria mais, e que não assistiríamos impassíveis a qualquer tipo de intimidação.

E ele partiu para a agressão, num soco desfechado neste Deputado. Daí, empurrei o General Newton Cruz para traz. O Deputado Aldo Arantes então segurou o braço do General.

Em vista do ocorrido, evidentemente consideramos o General Newton Cruz um dos responsáveis por este regime de terror que está implantado em nosso País. O General Newton Cruz faz parte da comunidade de informação e segurança. O General Newton Cruz não tem condições de ser representante do Governo Federal.

Sr. Presidente, este é o registro que nos cabia fazer. O povo brasileiro vai conquistar a liberdade e a democracia custe o que custar, haja o que houver. Obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. TIDEI DELIMA, NA SESSÃO CONJUNTA DE 25-4-84, QUE SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. TIDEI DE LIMA (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, esta

Nação já foi a Ilha de Vera Cruz, já foi a Terra de Santa Cruz, e cabe a este Congresso não permitir que País seja a País dos Newton Cruz, porque o país dos Newton Cruz é o país da violência, é o país da truculência, é o país da imoralidade, dos escândalos como os da CAPEMI e Coroa-Brastel, e outros mais. O país dos Newton Cruz é o país da imoralidade, é o país das negociações, é o país da tentativa de manutenção de um poder ilegítimo.

Cabe a este Congresso Nacional uma importante tarefa, não através do PMDB, do PDT, do PTB ou do PT, mas dos Parlamentares comprometidos com a democracia e com o anseio de 130 milhões de brasileiros. É a tarefa que cabe a este Congresso é a de não permitir que o Brasil seja o País dos Newton Cruz, mas sim a Pátria de 130 milhões de brasileiros. Por esta tarefa é hoje responsável o Congresso Nacional na votação da Emenda Dante de Oliveira, aprovando a eleição, já, para Presidente da República.

Sr. Presidente, não me alongarei. A história deste regime é longa, tem 20 anos. É uma história comprometida com a corrupção, os desmandos e o autoritarismo. É uma história comprometida com a morte nas masmoras; é uma história comprometida com a perseguição de brasileiros, trabalhadores, estudantes, e com o exílio também de muitos dos nossos patriotas.

Mas a hora não é para analisar. A hora não é para nos preocuparmos com o revanchismo. A hora é para apelar à consciência democrática dos homens do Congresso Nacional, pois muito deles são muito bem intencionados, muitos deles querem ver as suas posições e seus compromissos. Os compromissos dos homens do PDS não são mais com o Palácio do Planalto, mas com os anseios da Nação brasileira por eleições diretas-já.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. FREITAS NOBRE NA SESSÃO CONJUNTA REALIZADA EM 25-4-84, QUE SE REPUBLICA POR HAVER SAÍDO COM OMISSÕES DO DCN DE 26-4-84.

O SR. FREITAS NOBRE (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, antes de tudo quero dirigir uma saudação aos companheiros que lutam pelas eleições diretas no grupo Pró-Diretas do PDS (palmas) e a todos aqueles do partido do Governo que, não pertencendo a esse grupo, dispuseram-se a votar com o povo a favor das eleições diretas-já para Presidente da República.

Sei da coragem, da resistência, das razões que justificaram uma posição corajosa como essa, no momento em que o Governo se utiliza das chamadas medidas de emergência, desnecessárias para o povo e para os seus problemas, e as coloca diante da Nação como imposição para manter, através da força, eleições indiretas que o povo repudia, com um Colégio Eleitoral amaldiçoado pelo povo nas praças públicas.

Onde os comícios das indiretas? Milhões de pessoas que foram às praças públicas reclamaram pelas eleições diretas para a Presidência da República, num enorme contraste, em nosso País, com a inexistência de qualquer comício em favor das eleições indiretas. É que o povo sabe o que quer, exatamente, porque o povo tem sempre suficiente critério para escolher. E o povo quer escolher o seu Presidente da República pela via direta, agora.

Por isso, Sr. Presidente, a campanha das diretas envolve também uma antiga campanha do povo, pela redação de uma Constituição, construída pelo povo — como lembrava José do Patrocínio, da mesma maneira como o pássaro constrói seu ninho — para que o povo e, não meia dúzia de privilegiados, redija a Constituição.

É verdade que as liberdades sofrem atentados, como agora assistimos, com as medidas de emergência. Mas certo é também que, na sua essência, as liberdades sobrevivem aos homens, porque vivem na História e são eternas.

Assim, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, prioritariamente condenamos a censura imposta aos meios de comunicação, que atingiu não apenas os jornalistas profissionais, que prejudicou não somente as empresas jornalísticas, mas que atingiu mais diretamente o povo, hoje, sacrificado pela censura imposta às notícias quando um dos seus direitos fundamentais é receber a informação fiel transmitida da forma a representar a verdade dos fatos. (Palmas.)

Mas nossa solidariedade aos profissionais da imprensa, aos empresários de jornais, rádios e televisões e ao povo não se limita apenas a este aspecto; ela alcança também as entidades sindicais invadidas em Brasília, como a Federação Nacional dos Jornalistas, de onde arancaram uma faixa com inscrição pelas diretas e prenderam seu vice-presidente.

Nosso protesto reflete, nesta hora, o mais amplo posicionamento popular em favor da escolha dos dirigentes do País pelo voto direto e secreto do povo.

Sabemos hoje, no entanto, nós todos que acompanhamos o absurdo dessas emergências desnecessárias, que o Brasil é outra Nação, que nestes dias nasceu aqui, no Congresso Nacional, na praça pública, trata-se de um outro Brasil, que não se submete às pressões, às emergências, mas que vive o futuro e sonha com ele. É um Brasil tal como Brasília, esta extraordinária cidade criada pela antevisão de Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Brasília conquistou sua cidadania exatamente agora, quando na praça pública, na rua, no Congresso Nacional se faz presente através das mulheres que aqui se reúnem e da juventude brasileira que ainda hoje continua marginalizada, como a União Nacional dos Estudantes (palmas) proscribida, como se não fosse a grande expressão da associação dos estudantes brasileiros.

Mas o maior pronunciamento que poderíamos fazer é o do próprio Congresso, é manifestando o voto do próprio Congresso. Por isso, havíamos pensado em examinar o parecer do Relator que, infelizmente, não foi sensível aos fatos e à realidade nacional que ditaram a emenda que estamos examinando e que vamos votar. Infelizmente temos de deixar para outra oportunidade este exame, em razão do entendimento relativamente à redução do tempo dos oradores.

Mas o certo é que, Srs. Congressistas, aqui estamos porque somos como nosso povo, uns sonhadores, é verdade. E o que é o sonhador, senão aquele que percebe a aurora antes dos outros?

Este País vive, como esta cidade de Brasília, a aurora dos novos tempos, a aurora das eleições diretas em todos os níveis. (Palmas.)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. ARTHUR VIRGILIO NETO, NA SESSÃO CONJUNTA DE 27-4-84, QUE SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE:

O SR. ARTHUR VIRGILIO NETO (PMDB — AM. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas,

argumentava o Governo Figueiredo que as medidas de emergência visavam a proteger o Congresso Nacional e os Srs. Congressistas que eventualmente desejassem votar contra a Emenda Dante de Oliveira, na paz que fosse possível a cada um deles. Mas, após a votação da Emenda as medidas persistem e o clima, em Brasília, longe de ser de segurança para o Congresso, é de terror para os Congressistas; longe de ser de paz para cada cidadão do Distrito Federal, é de verdadeiro desalento e medo para qualquer homem ou mulher, crianças inclusive, permita-me aditar esta última colocação. A Universidade de Brasília foi hoje agredida, em sua autonomia, invadida e ultrajada. Após a invasão, os estudantes que rumaram para a L-2 Norte, em manifestação pacífica, foram agredidos e, por esse meio é evidente que a Universidade de Brasília novamente também o foi. Entendemos que não é possível que se tenha uma universidade crítica neste País sem que se respeite a integridade física e moral dos estudantes, professores e funcionários que a compõem.

Sr. Presidente, o espírito deste curto e modesto pronunciamento é repudiar, uma vez mais, a implantação das medidas de emergência e denunciar, com muita veemência, a ação sempre truculenta e irracional do General Newton Cruz, que, na minha opinião, pretende fazer de Brasília um grande hospital, um hospital de cunho psiquiátrico, até, porque, se não enlouquece ele com tanto arbítrio, enlouquecemos nós com tanto terrorismo que nos lança e que nos joga a cada atitude sua. Ficamos, a cada noite, imaginando qual será a próxima violência do General Newton Cruz, e bem sabemos que sua violência não é gratuita. S. Ex^a talvez seja, hoje, o cidadão mais e melhor apadrinhado pelo Palácio do Planalto. S. Ex^a talvez seja, hoje, o homem que detém mais poderes nas mãos. Pouca gente neste País jamais deteve tanto poder e tanta capacidade de fazer mal aos outros quanto o General Newton Cruz.

Suas atitudes, portanto, nos preocupam, Sr. Presidente, e a cada noite ficamos a imaginar o que ele fará no dia seguinte. Hoje, ele espancou, pelos seus prepostos, dezenas e dezenas de pessoas, lançou bombas de gás lacrimogêneo, feriu dezesseis brasileiros, feriu crianças inclusive, aterrorizando os moradores que, nas quadras da L-2 Norte, presenciaram a cena de brutalidade.

Não, Sr. Presidente, não acredito que a sina do Brasil seja viver embaixo do tacão do General Newton Cruz ou sob as patas do seu corcel branco. Imagino que o nosso destino seja, muito antes, o da liberdade e que o estudante brasileiro, que já não tem a universidade crítica que lhe foi cassada pelo regime autoritário, deva ter, pelo menos, o direito de andar nas ruas sem correr o perigo de ser, talvez, até assassinado pela irracionalidade e pelo exagero. E os exageros se estão sucedendo no vice-reinado do General Newton Cruz, vice-rei que não nos honra, vice-rei que não está a merecer o nosso respeito, até porque não nos sentimos súditos dele.

Eu me recuso peremptoriamente, Sr. Presidente, a ser súdito do General Newton Cruz. E, não sendo eu uma pessoa sectária, não sendo eu alguém que estigmatize, por exemplo, a palavra negociação, — entendo mesmo que, para se entrar numa guerra e para se sair de uma guerra é preciso que se negocie alguma coisa — deixo de entender como se possa pensar em negociação quando o tratamento que nos dão é o de encarcerados. O General Newton Cruz transformou Brasília numa penitenciária. Somos todos presos do General Newton Cruz, estamos todos encarcerados pela sua prepotência. Diria mais ainda: quando a Capital Federal está encarcerada, a grande realidade é que a Nação inteira também o está. A Nação inteira está, hoje, sob as ordens de algum xerife de cela. Gostaria que este País, em vez de ter xerifes tivesse autoridades mais legítimas no seu Ministério, em cada posto-chave da administração, e mais legítimas ainda, para completarmos o quadro, na Presidência da República.

Eu me solidarizo portanto, com as vítimas do General Newton Cruz. Ele precisa aprender que isto aqui não é o III ou o IV Reich. Lembro a S. Ex^a que o III Reich não durou o milênio que ansiava o tresloucado Adolf Hitler. E lembro também ao General Newton Cruz que vamos resistir com as armas de que podemos dispor.

Por ora, temos a palavra. Que ele não fatigue demais a paciência do povo brasileiro. (Muito bem!)

ATA DA 54ª SESSÃO CONJUNTA, REALIZADA EM 16-4-84

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Retificação

Na publicação da Ata, feita no DCN de 17-4-84, página 0635, no cabeçalho da sessão,
Onde se lê:

ATA DA 54ª SESSÃO CONJUNTA, EM 16 DE
ABRIL DE 1984

da 47ª Legislatura 2ª Sessão Legislativa Ordinária,

Leia-se:

ATA DA 54ª SESSÃO CONJUNTA, EM 16 DE
ABRIL DE 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura.